



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Saúde, Educação e Cultura

para os devidos fins.

Em 28 / 05 / 2024

E. bags

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Simone Pereira

para relatar.

Em, 11 / 06 / 24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Saúde,
Educação e Cultura

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 51 DE 2024 de autoria do deputado Gessivaldo Isaías;

Estabelece as diretrizes para a implantação de Políticas Públicas Estaduais destinadas ao desenvolvimento das potencialidades de estudantes com altas habilidades/superdotação na rede de ensino pública do Estado do Piauí e dá outras providências.

I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária nº 51 de 2024, de autoria do Deputado Estadual Gessivaldo Isaías, estabelece diretrizes para a implantação de políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento das potencialidades de estudantes com altas habilidades/superdotação na rede de ensino pública do Estado do Piauí.

A proposição define como pessoas com altas habilidades/superdotação aquelas que apresentam potencial elevado em áreas como intelectual, psicomotora, liderança, criatividade e acadêmicas, associadas a um alto grau de motivação. As políticas propostas incluem capacitação de profissionais, identificação dos estudantes, encaminhamento para atendimento apropriado, e outras medidas para assegurar o pleno desenvolvimento desses indivíduos.

É o relatório, devemos então passar para a análise da matéria ora apresentada.

II. VOTO DO RELATOR

Destaco preliminarmente que a função Legislativa está sendo exercida na análise da proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 97 e art. 142, do Regimento interno.

Nota-se que no âmbito educacional, a Constituição Federal de 1988 garantiu o atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208, III). Em termos infraconstitucionais, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), define a educação especial como "a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (art. 58, caput).

O §2º do art. 58 da LDB esclarece que o atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados será realizado "sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes regulares de ensino regular". Em outras palavras, a norma estabelece que os educandos com altas habilidades/superdotação devem ser preferencialmente

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA

integrados às classes regulares, mas podem receber atendimento diferenciado para o desenvolvimento de suas habilidades em um ambiente apropriado, com material de apoio relevante e profissionais capacitados. Portanto, o presente Projeto de Lei tem como objetivo estabelecer diretrizes para a implantação de políticas públicas que facilitem o pleno desenvolvimento desses educandos.

Salienta-se que um diagnóstico equivocado dessa condição pode prejudicar não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional do aluno. Dessa forma, ressalta-se a importância do diagnóstico precoce, ainda que possa ser realizado em qualquer fase da vida, com o objetivo de proporcionar os estímulos adequados para o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno.

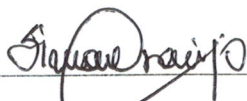
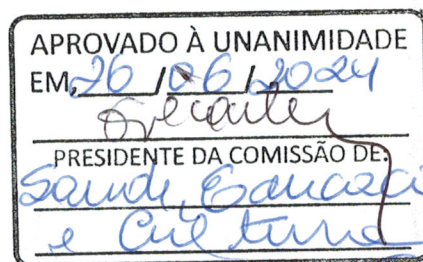
Em razão disso, é fundamental que as diretrizes contemplem ações colaborativas entre a escola e a família, visando promover o desenvolvimento integral do aluno, abrangendo tanto os aspectos intelectuais quanto emocionais, sob uma perspectiva de educação inclusiva.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa do nobre Parlamentar, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão, após discussão e deliberação resolve pela:

- ☒ (X) Aprovação.
- ☐ () Aprovação com Emenda.
- ☐ () Aprovação com Substitutivo
- ☐ () Rejeição.
- ☐ () Transformação em Indicativo.
- ☐ () Aprovado em reunião conjunta.



Deputada Simone Pereira

Relatora

Sala de Reunião das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa em Teresina/PI, 27 de maio de 2024.